



File Name: Buzina maritima manual.pdf

Size: 1891 KB

Type: PDF, ePub, eBook

Category: Book

Uploaded: 28 May 2019, 14:32 PM

Rating: 4.6/5 from 805 votes.

Download Now!

Please check the box below to proceed.



I'm not a robot



reCAPTCHA
Privacy - Terms

Book Descriptions:

Buzina maritima manual



Quer saber como colocar spoilers, aerofolios, parachoques personalizados no seu Corsa. Quer saber mais sobre Tuning. Aqui e o lugar certo! Se esse rele for daqueles do tipo auxiliar simples de 4 pinos, a ligacao dele e facil, serve pra lampadas de 100W tb 30 corrente POSITIVO bateria 85 TERRA 86 chave interruptor q aciona o aparelho 87 saida para o aparelho Rogerio. Onde vcs compraram Rogerio. Onde vcs compraram Rogerio. Seguindo as premissas mundiais de desenvolvimento e a "Responsabilidade com a Comunidade e o Meio Ambiente", um de seus mais importantes valores, a ALL agrega ao seu negocio as melhores praticas ambientais nas operacoes ferroviarias e rodoviarias. Opta por investir na capacitacao de seus colaboradores e em tecnologias inovadoras que permitem operar de forma segura e responsavel. Este manual contem os procedimentos que devem ser adotados no dia a dia da operacao da companhia, por todos os colaboradores e terceiros. Precisamos do seu envolvimento, que tambem faz parte desta melhoria, com a correcao de habitos equivocados e a adocao de postura proativa, procurando corrigir e melhorar sempre. Controlamse aqueles documentos com conteudo estrategico, tecnologico ou que estabelecem aspectos chaves, de competitividade, com reserva da organizacao. Cumprir e fazer cumprir tais procedimentos. Os documentos ambientais sao elaborados pelos tecnicos da area e aprovados pela gerencia de Meio Ambiente. Nao e permitido qualquer tipo de adulteracao nos procedimentos. Caso isso aconteca, este e considerado sem valor. Copias sobressalentes dos documentos deverao ser solicitadas a GMA. Os Residuos Classe II A podem ter propriedades, tais como combustibilidade, biodegradabilidade ou solubilidade em agua. Podem ser equiparados aos residuos domiciliares.

2.4. <http://daindnc.com/fckeditor/userfiles/dell-powerconnect-2748-switch-manual.xml>

- **buzina maritima manual, buzina maritima araponga manual, buzina maritima manual, buzina maritima manuals, buzina maritima manually, buzina maritima manual transmission.**



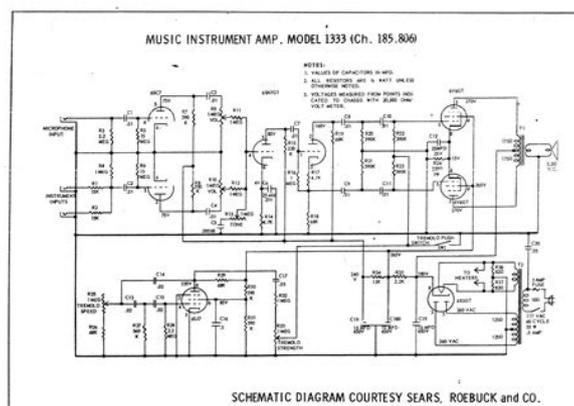
5 Resíduos Grupo E Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas, tubos capilares, micropipetas, lâminas, laminulas e espátulas. Além disso, controle de Resíduos Sólidos só, seguir corretamente o padrão de armazenagem temporária e a destinação de resíduos por meio de empresas devidamente licenciadas. Esta classificação de resíduos sólidos de acordo com suas características envolve a identificação do processo ou atividade características. Lixiviação de Resíduos. Caso o resíduo não possa ser identificado utilizando a norma NBR 10004, poderá ser identificado utilizando esta norma, que trata sobre a lixiviação de resíduos. Solubilização de Resíduos. Classifica os resíduos sólidos através do método de solubilização. Pode ser utilizada para a classificação dos resíduos, conforme descrito na NBR 10004. Amostragem de Resíduos. Esta norma auxilia na classificação de resíduos sólidos, utilizando o método da amostragem, preservação e estocagem de amostras de resíduos sólidos. Fixa as condições exigíveis para a preservação e acondicionamento de resíduos armazenados de resíduos sólidos, o importante item na adequação da central de perigosos de forma a proteger os resíduos temporários e setores da oficina. Indica saúde pública e o meio ambiente. Mostra ainda, em seu anexo, a incompatibilidade de resíduos, os quais não deverão ser armazenados no mesmo recinto. Especifica os requisitos para que um sistema de gestão de resíduos seja a base da gestão de resíduos, o sistema de gestão ambiental proposto no tema. A norma é baseada na metodologia PDCA (Plan-Do-Check-Act), a qual implementa políticas e objetivos que embasam todo o método aplicado neste projeto. Armazenamento e manuseio de líquidos inflamáveis e combustíveis. <http://gciuae.com/bf/userfiles/dell-port-replicator-manual.xml>



Estabelece normas para o armazenamento e manuseio de líquidos inflamáveis e combustíveis. APLICABILIDADE REFERENTE AO TEMA Delega a proteção ao meio ambiente e combate a poluição em qualquer de suas formas como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Trata sobre as responsabilidades referentes ao saneamento, remoção de resíduos, captação de água e despejo de efluentes de indústrias. Obriga as indústrias a apresentarem um plano completo do lançamento de resíduos líquidos, sólidos ou gasosos, visando a evitar os inconvenientes ou prejuízos da poluição e da contaminação de águas receptoras, de áreas territoriais e da atmosfera. Obriga também as indústrias a corrigirem inconvenientes e contaminação de águas receptoras, de áreas territoriais e da atmosfera. Aplica-se ao tema, no que tange a apresentação do plano de destinação de resíduos sólidos e das responsabilidades da indústria, quanto à geração de resíduos. Esta lei dita o controle da poluição ambiental, inclusive do lixo, o qual fará parte da Política Nacional de Saneamento. A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana. As atividades empresariais públicas ou privadas serão exercidas em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente, ou seja, todas as atividades deverão seguir as leis de cunho ambiental, conforme consta nesta lei. Determina a utilização de rótulos de risco e painéis de segurança específicos, de acordo com as NBR 7500 e NBR 8286, durante as operações de carga, transporte, descarga, transbordo, limpeza e descontaminação dos veículos e equipamentos utilizados no transporte de produto perigoso.

Este item se enquadra diretamente com o tema, pois os resíduos sólidos gerados são carregados dentro do estabelecimento, sendo assim necessária a aplicação desta lei. No transporte de produto perigoso fracionado, também as embalagens externas de produto perigoso fracionado, também as embalagens externas deverão estar rotuladas, etiquetadas e marcadas de acordo com a correspondente classificação e o tipo de risco. Todo o pessoal envolvido nas operações de carregamento, descarregamento e transbordo de produto perigoso usará traje e equipamento de proteção individual, conforme normas e instruções baixadas pelo Ministério do Trabalho. Os produtos perigosos no caso, resíduos sólidos contaminados deverão ter a ficha de emergência e envelope para o transporte emitidos pelo expedidor, de acordo com as NBR 7503, NBR 7504 e NBR 8285, preenchidos conforme instruções fornecidas pelo fabricante ou importador do produto transportado. O contratante do transporte deverá exigir do transportador o uso de veículo e equipamento em boas condições operacionais e adequados para a carga a ser transportada, cabendo ao expedidor, antes de cada viagem, avaliar as condições de segurança. Este item auxilia na

contratacao de transportadores licenciados e adequados ao transporte de produtos perigosos. No carregamento de produtos perigosos o expedidor adotara todas as precaucoes relativas a preservacao dos mesmos, especialmente quanto a compatibilidade entre si importante observacao quanto ao carregamento dos residuos solidos contaminados, para que nao haja nenhum risco. Apresenta punicoes para crimes ambientais, inclusive os relacionados com residuos solidos contaminados. Lei de crimes ambientais dispoe sobre as sancoes penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e da outras providencias. Portaria Nor Dispoe sobre a importacao de suca Legislacao nao aplicavel, pois nao sera impormativa 1197, tas, residuos e desperdicios e cinzas.



<http://www.drupalitalia.org/node/77154>

Portaria Nor Dispoe sobre a proibicao de impormativa 138N, tacao de residuos.Portaria aplicavel ao Transportes tos perigosos.APLICABILIDADE REFERENTE AO TEMA Nao ha aplicabilidade neste projeto. Institui o dever do gerenciamento de residuos solidos, desde a geracao ate a disposicao final, de forma a atender aos requisitos ambientais e de saude publica. A administracao devera apresentar o Plano de Gerenciamento de Residuos Solidos. Os residuos solidos serao acondicionados adequadamente, atendendo as normas aplicaveis da ABNT e demais disposicoes legais vigentes. O tratamento e a disposicao final dos residuos gerados serao controlados e fiscalizados pelos orgaos de meio ambiente, saude publica e vigilancia sanitaria competentes, de acordo com a legislacao vigente. Alem disso, a Resolucao classifica os residuos solidos industriais em quatro classes A, B, C e D. RESOLUDispoe sobre a incineracao ou qual Desobriga a incineracao ou qualquer outro traCAO CONA quer outro tratamento de queima tamento de queima dos residuos solidos proveMA 006, de dos residuos solidos provenientes nientes dos estabelecimentos de saude, portos e 19 de setem dos estabelecimentos de saude, por aeroportos, ressalvados os casos previstos em lei e bro de 1991 tos e aeroportos.RESOLUDispoe sobre o uso, gerenciamento Determina que todo o oleo lubrificante usado ou CAO CONA e reciclagem de oleo lubrificante.Proiibe a de 1993 disposicao dos residuos derivados no tratamento do oleo lubrificante usado ou contaminado no meio ambiente sem tratamento previo. Todo o oleo lubrificante usado devera ser destinado a reciclagem. A reciclagem do oleo lubrificante usado ou contaminado regeneravel devera ser efetuada atraves do rerrefino. VIII destinar o oleo usado nao regeneravel de acordo com a orientacao do produtor, no caso de pessoa fisica. Classificacao de residuos conforme convencao de Basileia. Exclui o anexo 10 da Resolucao CONAMA 23, de 12 de dezembro de 1996.

<http://eastbayscanning.com/images/bounty-hunter-quick-silver-user-manual.pdf>



Dispoe sobre descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias usadas no que tange a coleta, reutilizacao, reciclagem, tratamento ou disposicao final. Determina que as pilhas e baterias que contemham em suas composicoes chumbo, cadmio, mercurio e seus compostos, necessarias ao funcionamento de quaisquer tipos de aparelhos, veiculos ou sistemas, moveis ou fixos, bem como os produtos eletroeletronicos que as contemham integradas em sua estrutura de forma nao substituivel, apos seu esgotamento energetico, serao entregues pelos usuarios aos estabelecimentos que as comercializam ou a rede de assistencia tecnica autorizada pelas respectivas industrias para repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilizacao, reciclagem, tratamento ou disposicao final ambientalmente adequada. Item com grande correlacao ao tema, pois existe geracao de pilhas e baterias no local onde se esta implantando o projeto. RESOLUCAO CONAMA 25, de 26 de agosto de 1999 RESOLUCAO CONAMA 263, de 12 de novembro de 1999 RESOLUCAO CONAMA 275, de 25 de abril de 2001 Dispoe sobre a coleta e a reutilizacao de pneus por empresas fabricantes. Altera a Resolucao CONAMA 257, de 30 de Junho de 1999, que dispoe sobre o descarte de pilhas e baterias. Estabelece o codigo de cores para os diferentes tipos de residuos, a ser adotado na identificacao de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva. Recomenda a adocao de referido codigo de cores para programas de coleta seletiva estabelecidos pela iniciativa privada, cooperativas, escolas, igrejas, organizacoes naogovernamentais e demais entidades interessadas. Cita que as inscricoes com os nomes dos residuos e instrucoes adicionais, quanto a segregacao ou quanto ao tipo de material, nao serao objeto de padronizacao, porem recomendase a adocao das cores preta ou branca de acordo com a necessidade de contraste com a cor base.

<http://www.efodis.com/images/bounty-hunter-quicksilver-metal-detector-manual.pdf>



Resolucao essencial para o tema em questao. Nela se baseia a coleta seletiva de residuos solidos industriais a ser implantada, conforme projeto. As industrias deverao registrar mensalmente e manter na Unidade industrial os dados de geracao e destinacao dos residuos gerados para efeito de obtencao dos dados para o Inventario Nacional dos Residuos Industriais. RESOLUCAO Dispoe sobre procedimentos e CONAMA criterios para o funcionamento de 316 de 29 de sistemas termicos de residuos. Esta lei determina a aplicacao da gestao de residuos solidos no estado do Parana. Dessa forma, ela se torna base para o desenvolvimento do tema em questao, pois o local objeto do projeto esta localizado no estado do Parana. SANTA CATARINA LEI ESTADDispoe sobre a Politica Estadual Esta Lei institui a Politica Estadual de Residual N. de Residuos Solidos e adota ou duos Solidos, define diretrizes e normas de 13.557, de prevencao da poluicao, protecao e recupetras providencias.LEI ESTAEsta Lei determina qual a destinacao final de Dispoe sobre a coleta, o recoDUAL N. residuos solidos potencialmente perigosos lhimento e o destino final de 11.347, de residuos solidos potencialmente como baterias, pilhas, lampadas, entre oujaneiro de perigosos que menciona, e adota tros. 2000. outras providencias. RIO GRANDE DO SUL LEI ESTADU Dispoe sobre a gestao dos residu Esta Lei institui normas para o gerenciaAL N. 9.921, os solidos, nos termos do artigo mento, reaproveitamento e destinacao de de julho de 247, paragrafo 3 da Constituicao residuos solidos, visando a protecao do meio 1993. LEI ESTADUAL N. 12.300, de marco de 2006. LEI ESTADUAL N. 2.080, de janeiro de 2000. LEI ESTADUAL N. 7.862, de dezembro de 2002. SAO PAULO Institui a Politica Estadual de Re Esta lei institui a Politica Estadual de Residuos Solidos e define principios duos Solidos e define principios e diretrizes, objetivos, instrumentos para a gestao integrae diretrizes.

MATO GROSSO DO SUL Ficam estabelecidos, na forma desta Lei, Estabelece normas e criterios principios, procedimentos, normas e critereferentes destinacao final dos rios referentes a geracao, acondicionamento, residuos solidos no Estado de Mato Grosso do Sul, e da outras armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinacao final dos residuos solidos providencias.MATO GROSSO Dispoe sobre a Politica Estadual Esta lei institui a Politica Estadual de Residuos Solidos, define diretrizes e normas de prede Residuos Solidos e da outras vencao da poluicao, protecao e recuperacao providencias.LEGISLACAO MUNICIPAL DESCRICAO Dispoe sobre a normatizacao para o transporte de residuos da construcao civil no Municipio de Curitiba. Delega responsabilidades ao setor industrial quanto ao acondicionamento, transporte, tratamento e destinacao final adequados, atendendo as normas aplicaveis da ABNT e as condicoes estabelecidas pelo orgao competente do municipio, respeitadas as demais normas legais vigentes. Alem disso, estabelece aos geradores que produzam residuos em quantidades superiores as previstas nos incisos I a IV, do Art. 8, a obrigacao de elaborar e submeter a aprovacao pelo orgao municipal competente seus Planos de Gerenciamento de Residuos Solidos PGRS, de acordo com Termo de Referencia especifico estabelecido pelo municipio.Antes de enviar qualquer carga de residuos sera necessario consultar a GMA e o Suprimentos, sobre a necessidade de se criar requisicao de compra, ou lancar diretamente no contrato.A Unidade deve seguir procedimentos de compras, definido pelo Suprimentos.Nao deverao ser transportados tambores, bigbags ou cacambas que apresentarem vazamentos.A legislacao ambiental proibe a disposicao inadequada ao residuo. Numero da ONU 3077 Classe ou subclasse de risco 9 TELEFONE DE EMERGENCIA Descricao da classe ou subclasse de risco Substancias perigosas diversas substancia solida que 08007012255 apresenta risco ao meio ambiente.

<https://roofmed.ru/wp-content/plugins/formcraft/file-upload/server/content/files/1626d7d7fbc48f---3m-firestop-manual.pdf>

Aspecto material solido misturado com liquido viscoso, com odor caracteristico de hidrocarbonetos de petroleo. EPI luvas de latex de boa resistencia, capacete, calçado de seguranca e olhos de seguranca para produtos quimicos. RISCOS Fogo o ponto de fulgor de fracos leves de hidrocarbonetos podem tornar o produto inamavel. Saude vapores podem provocar irritacao nas vias

aereas superiores, dores de cabeça, náuseas ou tonturas; contato direto pode provocar irritação nos olhos e lesões irritativas na pele. Meio ambiente derramamentos podem poluir a água e o solo. EM CASO DE ACIDENTE I Vazamento conar o produto para posterior tratamento e disposição nal. Fogo evite expor o produto ao calor e a fontes de ignição; em caso de fogo use CO₂, po químico ou abafe com terra nunca use água. Poluição em caso de derramamento evitar contaminação de cursos de água ou mananciais, usando contenção física ou material absorvente. Envolvimento de Pessoas em caso de inalação de vapores, remover a vítima para ambiente fresco e ventilado; em caso de contato com a pele, remover roupas contaminadas e lavar o local atingido com água e sabão; em caso de contato com os olhos, não friccionar e lavar os olhos com água corrente, encaminhando a vítima ao oftalmologista. A composição dos esgotos depende do uso das águas de abastecimento. Além disso, varia com o clima, com os hábitos e as condições socioeconômicas da população, como também da presença de efluentes industriais, infiltração de águas pluviais e idade das águas residuárias. Os efluentes oriundos dos sanitários, pias de cozinha e banheiros, chuveiros enquadram-se nesta classe. Os efluentes oriundos das lavagens e da manutenção de locomotivas e vagões pertencem a esta classe.

www.comycevalencia.com/galeria/files/commercial-driver-s-manual-georgia.pdf

As fossas sépticas, uma benfeitoria complementar e necessária aos sanitários onde não há rede coletora de esgoto, são fundamentais no combate de doenças, verminoses e endemias como o cólera, pois evitam o lançamento dos dejetos humanos diretamente em rios, lagos, nascentes ou mesmo na superfície do solo. Prestar consultoria técnica conforme a necessidade de instalação e operação, além de fiscalizar as estações de tratamento, separadores água-óleo, fossas, sumidouros, ou qualquer tipo de geração e destinação de resíduos líquidos nos domínios da ALL. O TST é o elo de ligação entre a GMA e os patios, os PMLs, os PMVs, as oficinas e qualquer patrimônio da ALL que está sob sua responsabilidade, assim como a distribuição de EPIs e os treinamentos de segurança. É dever de qualquer colaborador alertar a GMA ou os Técnicos de Segurança sobre qualquer ponto em que houver destinação de água desconhecida ou indevida nos domínios da ALL. Também é obrigação das Unidades financiarem a operação, a compra de produtos e a manutenção das estações, já que recebem orçamento para tal. É a Unidade que deve prover verba também no caso do mau funcionamento das estações para o tratamento externo ou destinação. A contratada deve manter a ETE organizada, limpa e funcionando de maneira adequada, tratando seus efluentes e garantindo a qualidade dos efluentes segundo a legislação aplicável. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e sobre seu enquadramento. Estabelece as condições e padrões para lançamento de Efluentes em corpos de água. Determina os critérios de emissão de efluentes líquidos em corpos hídricos da União. Condiciona a utilização de águas públicas aos órgãos competentes. Classifica as águas do Rio Grande do Sul. Determina os critérios de emissão de efluentes líquidos no RS. Determina limites e condições de lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos.

Determina limites e condições de Dispõe sobre o lançamento de efluentes em mananciais definidos lançamento de efluentes líquidos em como situados a montante do pon corpos hídricos. Dispõe sobre o controle da polui Determina limites e condições de cao do Meio Ambiente. É dever de todo colaborador, seja ele funcionário ou terceirizado, primar por estes valores. Sendo assim, todo resíduo líquido, seja ele produzido na Unidade ou recebido por motivos operacionais, deve ser tratado conforme este procedimento de forma a tornar-se um efluente que possa atender aos requisitos legais mínimos, antes de ser lançado no meio ambiente. É proibido lançar qualquer efluente líquido diretamente no meio ambiente e diluir o efluente líquido gerado. Sempre que a atividade sofrer alterações de suas características ou de volume gerado, deve-se informar a área de GMA para que esta decida a atitude mais adequada a ser tomada. A Caixa de Gordura CG pode ser construída em concreto ou em alvenaria de tijolo maciço revestida com argamassa de cimento. A caixa plástica adquirida em lojas também pode ser utilizada. O importante é que todo refeitório com

pia tenha uma e que ela receba limpeza com frequencia. Todo efluente liquido da caixa de gordura deve seguir, preferencialmente, para a rede de esgotos local ou ao sistema FSS. Nao pode ser feito o lancamento do efluente diretamente no solo, em galerias pluviais ou corpo receptor. Todas as caixas de gordura deverao ser identificadas e numeradas. Operacao E necessario que todo o residuo alimentar seja destinado a lixeira de solidos nao reciclaveis, evitando assim sobrecarga de solidos e o entupimento da caixa. A gordura, os detritos alimentares e os demais residuos retirados de dentro da caixa devem ser acondicionados. Nao ha necessidade de reposicao da agua da caixa de gordura quando ha troca. Manutencao A CG deve ser verificada mensalmente e deve ser limpa sempre que necessario.

A limpeza deve ser feita da seguinte maneira Retirada da tampa de inspecao. Verificacao quanto a entupimentos dos bocais de entrada e saida. Verificacao da placa divisoria da CG. Os residuos retirados devem ser acondicionados em sacos plasticos e colocados no lixo conforme procedimento de destinacao de residuos solidos. Mas e preciso que esses efluentes sejam filtrados no solo para completar o processo biologico de purificacao e eliminar o risco de contaminacao. O tamanho da fossa septica depende do numero de pessoas da instalacao de onde vem o efluente. Ela e dimensionada em funcao de um consumo medio de 200 litros de agua por pessoa, por dia. Porem, sua capacidade nunca deve ser inferior a 1000 litros. Operacao Para assegurar a correta operacao do sistema FSS fica proibido o descarte de materiais solidos em vasos sanitarios, assim como plasticos, trapos e papel higienico. Os mesmos deverao ser descartados em lixeiras conforme PGA 002. E proibido tambem o descarte de produtos quimicos e liquidos que nao sejam efluentes domesticos ou biodegradaveis no FSS. Manutencao Deve haver uma caixa de inspecao que mensalmente e verificada para facilitar desentupimentos. Retirada da tampa de inspecao. Verificacao quanto a entupimentos dos bocais de entrada e saida. O registro deve ser feito na planilha de controle de emissao de efluentes liquidos FORM 00872. 5.3.3 Separador Agua e Oleo A preocupacao atual em separar a agua do oleo oriundo de operacoes industriais ou lavagens envolvendo maquinarios e decorrente do impacto negativo que o oleo provoca em um ambiente qualquer ao ser lancado. Os aspectos prejudiciais sao inumeros, e podese citar como exemplo o que talvez seja o mais significativo a impermeabilizacao de superficies que necessitam de oxigenio. O oleo deve ser separado do efluente e tratado. A separacao ocorre atraves de um separador especialmente dimensionado para cada situacao de geracao do mesmo. A legislacao mais abrangente sobre este assunto e o CONAMA 357.

A remocao dos poluentes no tratamento, de forma a adequar o lancamento a uma qualidade desejada ou ao padrao de qualidade vigente, esta associada aos conceitos de nivel do tratamento e eficiencia do tratamento. O tratamento efluente gerado pela lavagem de locomotivas possui, dentre outras caracteristicas, solidos sedimentaveis e tambem grande quantidade de oleo. Seu tratamento e composto pelos seguintes processos Gradeamento, Estacao Elevatoria, Equalizador, Separador Agua e Oleo, Tanque de Acumulo de Oleo, Correcao de PH, Caixa de Areia. Os SAOs sao empreendimentos que precisam ser licenciados, conforme procedimento presente neste manual. Operacao O Gradeamento tem por objetivo apenas a remocao dos solidos grosseiros, e e nessa operacao que predominam os mecanismos fisicos de remocao de poluentes. Ja no Equalizador ocorre a homogeneizacao dos efluentes e posteriormente a separacao propriamente da agua e oleo num tanque especialmente dimensionado para tal. Apos isso, o oleo e destinado para um tanque de acumulo dessa substancia a fim de ser destinado corretamente, e a agua e direcionada para o tanque de correcao de pH onde este sofre uma elevacao. Por fim segue para uma caixa de areia que faz a filtragem final do efluente. Depois desse processo, o efluente e enviado para a destinacao final, em corpo receptor. O Fluxograma abaixo ajuda na compreensao do processo Manutencao A manutencao dos SAO deve ser realizada de acordo com o manual de operacao de cada uma delas, respeitando as datas de revisao de equipamentos. 5.3.4 Estacao de Tratamento de Efluentes Antes de iniciar a lavagem dos vagoes deve ser realizada a retirada dos graos e liquidos que tenham permanecido nos

mesmos. Após a limpeza, varrição e raspagem, o procedimento de lavagem é iniciado. Para maiores informações sobre as etapas citadas observe os procedimentos relacionados neste manual. O efluente escoar através das canaletas, e segue para o gradeamento de retenção dos sólidos.

As ETE são empreendimentos que precisam ser licenciados, conforme procedimento presente neste manual. Operação A ETE é projetada para operar de maneira contínua, mas em algumas situações pode operar em bateladas ou mesmo em uma atividade mista. O fluxograma abaixo ajuda na compreensão do processo de tratamento e baseado em lodos ativados com aeração prolongada. Por fim, é encaminhado para um Filtro de Quartzo e Antracito e então para o tanque de água de reuso. O lodo gerado, seja ele resultante do processo biológico ou dos processos físico-químicos, é transferido ao Tanque de Adensamento e depois recebe o polímero, para então ser bombeado ao Filtro prensa ou ao Leito de secagem. É dever de todo operador que deverá ser técnico de Meio Ambiente ou técnico em Química de estações de efluentes conhecer os manuais de cooperação de sua estação, assim como a legislação mais pertinente ao seu caso. O resumo de normas apresentados no item 4 pode ser utilizado como fonte de consulta, mas quando qualquer dúvida surgir contate a GMA, nos ramais apresentados neste manual. Manutenção A manutenção das ETEs deve ser realizada de acordo com o manual de operação de cada uma delas, respeitando as datas de revisão de equipamentos. Os laboratórios contratados deverão atender, preferencialmente, os seguintes requisitos: ser certificados ou credenciados, apresentar certificados de calibração dos instrumentos utilizados nas medições, indicarem o método de análise e o padrão de legislação pertinente à localidade da operação. Os parâmetros devem ser analisados na entrada e na saída das ETEs e SAOs. Ao receber os laudos, o TST deverá avaliar os resultados frente aos padrões legais. Em caso de não conformidade deverá tratar conforme item 5.5. Os relatórios de análise originais deverão ser arquivados pelos TST, responsáveis pelas ETEs, em suas UPs e enviados à GMA, no prazo máximo de 15 dias do mês subsequente à coleta em questão.

O CONAMA 357 é o documento base para consultas sobre corpos receptores e seus parâmetros, salvo os casos em que a legislação estadual ou municipal seja mais restritiva. Prestar consultoria técnica no tocante à captação e às melhores práticas de aproveitamento da água, nos domínios da ALL. É dever de qualquer colaborador alertar a GMA ou os Técnicos de Segurança sobre qualquer ponto onde houver captação ou consumo de água em desacordo com as diretrizes contidas neste manual. Classificação e enquadramento dos corpos hídricos sobre a classificação dricos. A água das concessionárias é medida por meio de hidrômetros, e pagamos pelo consumo. Outorga Não é necessária. Toda instalação deve possuir hidrômetro e horímetro este quando solicitado na outorga. Cuidados na utilização Manutenção preventiva da bomba. Avaliação preventiva das características estruturais do poço. Os lençóis freáticos são bastante influenciados pelas condições regionais e climáticas. Nos períodos de chuva existe água em abundância, contudo, nos períodos de estiagem não há água. As nascentes, rios e lagos enquadram-se nesta categoria. Outorga É necessária. É simples transformar a cobertura em uma área de captação, basta apenas implantar calhas. Quando estas não existirem, é possível implantar um sistema de telas para evitar a entrada de corpos estranhos ao sistema, um reservatório e uma tubulação que ligue as calhas ao reservatório. O local mais adequado para a instalação do reservatório é próximo do ponto de captação. Como o escoamento dá-se por gravidade não é necessária a instalação de bombas. Se um bom local for escolhido haverá bom suprimento de água, e redução considerável na utilização da fonte normal de fornecimento de água. O papel deve ser destinado conforme procedimento de destinação de resíduos sólidos. Ao tomar banho, molhe-se, desligue o chuveiro e ensaboie-se, e só então ligue o chuveiro para enxaguar-se. Requerimento modelo do estado em questão devidamente preenchido.

<http://www.drupalitalia.org/node/77155>